



Interesse Público – IP

Belo Horizonte, ano 16, n. 85, maio/jun. 2014

Doutrina

Artigos

Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

- ◆ Direito eleitoral aplicado – Ponderações e críticas para uma reflexão sobre doações acima dos limites legais, substituição de candidatos, a divulgação de pesquisa em registro prévio e propaganda antecipada
Marcelo Abelha Rodrigues, Flávio Cheim Jorge
- ◆ Equilíbrio orçamentário, sustentabilidade financeira e justiça intergeracional
Fernando Facury Scaff
- ◆ Eleições no Brasil e o interesse dos eleitores por políticas públicas. Um estudo empírico de janeiro de 2004 a dezembro de 2013
Thiago Perez Bernardes de Moraes, Romer Mottinha Santos
- ◆ Constitucionalismo, direitos fundamentais e direito administrativo no Brasil
Robertônio Santos Pessoa
- ◆ O prévio requerimento administrativo – Ganhos financeiros e sociais no desenvolvimento da política pública previdenciária nacional
Filipo Bruno Silva Amorim
- ◆ Em busca da jurisdição perdida
Marga Inge Barth Tessler
- ◆ Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil
Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Doutrina Estrangeira

- ◆ *A culpa do lesado: entre o clássico e o moderno*
Carla Amado Gomes

Seção de Direito Tributário

- ◆ Ausência de responsabilidade tributária dos entes públicos por contribuições previdenciárias devidas por empresas contratadas para execução de obras públicas – a posição da AGU e do CARF
Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Seção de Direito Municipal

- ◆ *Vade-Mécum de Recursos Humanos* trata de temas polêmicos sobre direitos e deveres do servidor público
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
- ◆ Adicional de insalubridade vs. subsídio – Percepção simultânea e base de cálculo
Angelo Braga Netto Rodrigues de Melo

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

- ◆ Tribunais de Contas brasileiros – Um recorte especial sobre o Tribunal de Contas de Santa Catarina
Renato Costa

Jurisprudência selecionada

Acórdãos na Íntegra

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Tributário – Repercussão geral – Imunidade aos impostos – Art. 150, VI, c, CF/88 – Imunidade às contribuições – Art. 195, § 7º, CF/88 – PIS – Contribuição para a Seguridade Social – Aplicação analógica do conceito e regime jurídico de “instituições de assistência social e educação” à “entidades beneficentes de assistência social” – Exigência de lei complementar para a definição dos seus limites objetivos (materiais) – Fixação das normas de constituição e de funcionamento das entidades imunes (aspectos formais ou subjetivos) por meio de lei ordinária – Preenchimento cumulativo dos requisitos de que tratam o art. 55 da Lei nº 8.212/91 e os arts. 9º e 14 do CTN

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Constitucional – Servidor público estadual – Policial civil – Licença – Mandato classista para representação em associação – Vedação ante a existência de sindicato – Conflito de hierarquia entre lei ordinária estadual e lei complementar estadual – Inexistência de hierarquia – Tema jurídico dos direitos dos servidores públicos não é materialmente reservado pela Constituição Federal para edição de lei complementar

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Servidor público – Processo administrativo disciplinar – Encerramento de prazo da primeira comissão – Instauração de novo PAD – Aproveitamento dos atos – Integração dos mesmos membros – Inexistência de relatório conclusivo por parte da primeira comissão instaurada – Prejuízo não demonstrado – Possibilidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Processo administrativo disciplinar – Demissão – Servidor do Poder Judiciário – Comissão processante constituída por juízes de direito – Nulidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Constitucional – Administrativo – Transporte coletivo interestadual de passageiros – Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – Gratuidade e desconto no preço da passagem – Garantia fundamental – Equilíbrio econômico-financeiro – Desnecessidade de fonte de custeio para a observância do direito

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Administrativo – Poder de polícia – Auto de infração – ANP – Venda de diesel interior em área metropolitana – Interdição total do posto de combustível – Possibilidade – Razoabilidade

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Desapropriação
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Poder de Polícia
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Responsabilidade Civil Objetiva
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário